

## 'Impacto negativo', diz Gandra sobre a decisão do STF.

**Detalhes** Publicado em Quinta, 19 Setembro 2013 23:53 Escrito por Agências

CÓMPARTILHAR   

O jurista Ives Gandra Martins avaliou nesta quinta-feira, 19, ao repercutir a decisão de quarta-feira (18) do Supremo Tribunal Federal (STF) de aceitar a possibilidade de embargos infringentes no caso do Mensalão, que do ponto de vista jurídico a decisão do ministro Celso de Mello é "inatacável". Por outro lado, prosseguiu, essa decisão não cumpriu o que seria um dos papéis do STF – dar estabilidade às instituições.

"As cortes supremas também têm como objetivo dar estabilidade às instituições. Nesse caso, uma questão de relevância para as instituições como a impunidade aos poderosos, que nunca havia sido discutida com tanta amplitude dentro do STF, esteve presente no julgamento. Nesse caso poderia ter sido uma decisão para estabilizar as instituições. Pela primeira vez

havia a sensação para a população de que haveria punição pelo crime. O povo passou a achar que podia acreditar na justiça, que o Brasil entraria em uma fase sem a impunidade. O impacto foi negativo sobre o povo", afirmou.

Gandra comparou o caso às investigações da época do impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello. Então, explicou, o Congresso negou acesso do ex-presidente aos documentos da investigação sobre seu governo.

"O presidente recorreu ao STF, que negou esse acesso. Naquela ocasião, contra a jurisprudência, a Corte decidiu pela estabilidade das instituições." Ele ressaltou que o Brasil estava passando por um momento em que poderia ficar "ingovernável". O jurista participou ontem de seminário de Segurança Pública, da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP).

Para o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, Fernando Grella Vieira, "existem aqueles que entendem que a decisão da Suprema Corte seria o suficiente". "Quem está sendo julgado em um foro privilegiado, nesse caso pela Suprema Corte, já teria ali a palavra final e definitiva daqueles que compõem a cúpula do judiciário, então não haveria espaço para outro exame. É uma posição defensável."

### ALCKMIN

O governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), afirmou nesta quinta-feira, 19, ontem que o novo julgamento de 12 condenados no Mensalão pelo Supremo Tribunal Federal (STF) "não pode ser uma vergonha nacional".

"Temos muita confiança de que o novo julgamento vai fazer justiça, para que o País não se envergonhe da impunidade", disse. Para ele, a decisão do tribunal foi "técnica" e, por isso, "deve ser respeitada".

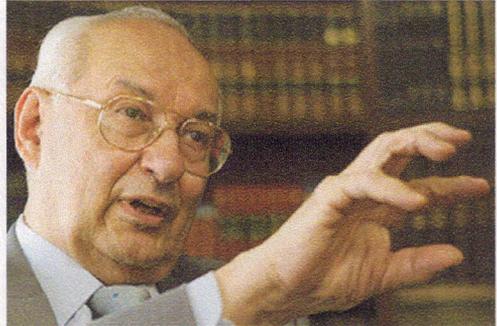
O STF decidiu que 12 dos 25 condenados pelo Mensalão terão direito a reavaliação de algumas de suas penas. Assim, réus como o ex-ministro José Dirceu, o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP) poderão escapar da prisão em regime fechado. O ministro Celso de Mello aceitou essa possibilidade ao desempatar a discussão parada em cinco votos contra cinco.

### Comentários

#1 **São Paulo — Claudio Martins Oles** 20-09-2013 09:05

Concordo com o Dr. Ives Gandra. Embora os Embargos Infringentes sejam "Constitucionais" não eram eles objeto em questão. Todos os réus já tinham sido condenados pelo mesmo tribunal depois de exaustivo julgamento. A revolta popular neste caso específico está no fato da falta de postura de alguns Juizes. Embora saibamos que nem tudo que é ético é moral e vice versa, alguns Juizes jamais deveriam votar este processo, tamanho interesse e envolvimento "político/partidário" no caso. Na minha visão, errou o STF ao admitir que votou errado. O tempo para apreciação das provas, dos recursos interpretados e julgados davam o caso como encerrado. Neste caso específico faltou ÉTICA aos que acatarem os embargos infringentes. Estamos a um passo da impunidade, impunidade essa que envergonha à todos nós, brasileiros, infelizmente..

Citar



Ives Gandra Martins: 'O povo passou a achar que podia acreditar na justiça, que o Brasil entraria em uma fase sem a impunidade. O impacto foi negativo sobre o povo'. - Vivi Zanata/Estadão Conteúdo